

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.465.001 - MG
(2019/0072195-2)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : LUCIMEIRE PEREIRA COELHO
ADVOGADO : ARLENE ESTEVES BENTO PINTO - MG111583N
AGRAVADO : JOAO BATISTA DE SOUZA
ADVOGADOS : JAMIR CALILI RIBEIRO - MG106904
MARLENE FRANKLIN ALVES - MG046166N

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial que interpôs, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele estado** no Recurso em Sentido Estrito n. 1.0327.11.002463-2/002.

Os agravados foram denunciados pela suposta prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, I e IV, por duas vezes, na forma do art. 69, e no art. 121, § 2º, I e VI, c/c o art. 14, II, todos do CP.

Os acusados foram pronunciados, razão pela qual a defesa interpôs recurso em sentido estrito. A Corte de origem deu provimento ao recurso defensivo para despronunciar os réus, e o órgão ministerial opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs **recurso especial**, no que alegou violação dos **arts. 155, 239, 413, caput, e § 1º, e 414, todos do CPP**. Aduz, em síntese, que os réus devem ser pronunciados, porquanto "diante da demonstração dos indícios de coautoria, nos termos da moldura fática delineada no aresto embargado, faz-se imperiosa a pronúncia dos recorridos pelos crimes descritos e capitulados na denúncia".

O apelo raro foi **inadmitido no juízo prévio de admissibilidade** realizado pelo Tribunal local, pela incidência da **Súmula n. 7 do STJ** (fls. 1.764-1.767), o que ensejou esta interposição (fls. 1.770-1.788).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e provimento do recurso em sentido estrito (fls. 1.817-1.821).

Decido.

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade, razões pelas quais comporta conhecimento. No entanto, reconheço o acerto da decisão agravada.

O Tribunal de origem, à unanimidade, deu provimento ao recurso em sentido estrito interposto pela Defesa, para cassar a decisão de pronúncia proferida pelo Juízo de primeiro grau, por ausência de indícios suficientes de autoria.

Constou do acórdão do recurso em sentido estrito (fls. 1.645-1.659):

Do que se nota da peça acusatória, estas são as condutas imputadas aos ora recorrentes, *verbis*:

Os delitos foram perpetrados após 'contratação', efetivada pelos denunciados Nonio e João Batista, do pistoleiro Antônio Celestino, alcunhado Toninho de Laura', para ceifar a vida da vítima Francisco Dias dos Santos, vulgo 'França', empreitada aderida pelos comparsas Devair (Cuca) e Lucimeire. Para o mando de tal homicídio, prometeram o pagamento/recompensa no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Agiram como mandantes do delito para satisfação, ainda, de outros motivos torpes, como desacerto envolvendo dinheiro com a vítima Francisco. Consoante restou apurado, após o combinado, Antônio Celestino acionou o sentenciado Devair para dirigirem-se ao povoado e deixasse a comunidade, entretanto, eles deslocaram-se para uma estrada vicinal intermediária entre aquela comunidade e o município de São José do Divino, quando Antônio anunciou a Devair que iria concretizar o homicídio encomendado, tendo ele integrado a trama criminoso. Enquanto isso, Lucimeire monitorava os passos da almejada vítima (f 02D/Q8D)

As pessoas de Antônio Celestino e Devair Dias dos Santos, responsáveis por terem alvejado as vítimas, asseveraram, em juízo:

que conhece todos os réus; que conhece a vítima Gilberto Francisco dos Santos; que conhecia as vítimas

Maria Aparecida Rodrigues Pereira e Francisco Dias dos Santos; que não presenciou os fatos de que trata a denúncia; que confirma suas declarações prestadas na Delegacia de Polícia de Teófilo Otoni, de fls. 11/16 desta precatória, as quais ora lhe foram lidas; que, quando disse não ter presenciado o fato, é porque foi o próprio depoente quem o fez. Dada a palavra ao representante do MINISTÉRIO PÚBLICO, nada perguntou. Dada a palavra ao DEFENSOR do réu Nônio e defensor *ad hoc* de Lucimeire, às suas perguntas a testemunha respondeu: que estas são as segundas declarações que o depoente presta sobre os fatos, sendo a primeira a prestada na Delegacia de Polícia de Teófilo Otoni, que o depoente foi ouvido várias vezes no processo que respondeu referente aos fatos em questão, inclusive no Tribunal do Júri; que a verdade dos fatos estão nas declarações que o depoente prestou agora; que o depoente foi ouvido perante a pessoa de Elvis Wolfgan, quem o depoente acredita seja Delegado de Polícia; que o depoente disse em tal depoimento a Elvis que não recebeu nenhuma quantia do acusado Nônio, e reafirma não ter recebido, no entanto Nônio lhe deu a quantia de setecentos reais para o depoente sair da cidade; que a vítima Francisco não era o autor do homicídio contra o pai do depoente; que o autor do homicídio contra o pai do depoente é José Dias, irmão da vítima Francisco Dias; que o depoente conhece a pessoa conhecida como "Maurinho da Copasa"; que o depoente viu "Maurinho da Copasa" no dia do homicídio, antes de ocorrer; que nada tratou com "Maurinho da Copasa" sobre os homicídios em questão, mas apenas de política; que, se porventura "Maurinho da Copasa" passou pela estrada onde ocorreu o fato, o depoente não viu; que conhece Clóvis Ribeiro Antunes, que na época era patrão do depoente; que Clóvis possuía na época uma motocicleta Yamaha XTZ de cor preta, nova, a qual ficava com o depoente; que, na época do crime, a moto estava estragada, na oficina; que o depoente conhecia a vítima Francisco Dias desde quando o depoente era criança; que o depoente sabe que já houve desavença entre a vítima Francisco Dias e o réu Nônio, mas não sabe o porquê; que conhece o policial de nome Abreu, mas ele já havia saído da cidade na ocasião do fato; que acha que Abreu retornou para a cidade depois do fato; que o depoente

nunca teve contato com o policial Abreu, tendo-o visto apenas no Fórum; que a ordem era para matar apenas Francisco Dias dos Santos, tendo sido "acidente" a morte de Maria Aparecida e a tentativa contra Gilberto; que a acusada Lucimeire foi namorada do depoente anteriormente aos fatos; que, quando ocorreram os fatos, o depoente e Lucimeire ainda estavam namorando, e fazia cerca de três meses; que, após o fato, o relacionamento entre o depoente e Lucimeire durou cerca de dois anos; que, estando o depoente preso, enviou uma carta a Lucimeire, terminando o namoro, porque achou que não teria condições de ela visitar o depoente em razão da distância, mas depois o depoente viu que era possível e enviou outra carta tentando reatar o namoro, mas ela não quis; que o depoente não teve conhecimento se Lucimeire se envolveu com outro homem; que o depoente soube Lucimeire estava presa, quando da audiência, mas não sabe se ela continua presa, nem o seu paradeiro; que não sabe se as declarações do depoente geraram mandado de prisão para Lucimeire; que a ré Lucimeire tinha ciência de que o depoente ia praticar o homicídio contra Francisco Dias; que Lucimeire não incentivou o depoente a praticar o homicídio; que, às vezes, o depoente andava armado; que o depoente acha que Clóvis estava na cidade de Além Paraíba na ocasião dos fatos; que, quando Lucimeire, vulgo "Meirinha", disse ao depoente "como você consegue ficar com as coisas que você faz", o depoente não se lembra se ela disse a título de repreensão ou a que título seria; que, pelo que sabe, Lucimeire não tinha envolvimento com nenhuma atividade criminosa; que o réu Nônio participava das atividades políticas na cidade, embora não fosse candidato, tendo uma certa influência dentro da cidade. Dada a palavra ao DEFENSOR do réu João Batista de Souza, às suas perguntas a testemunha respondeu: que o depoente não recebeu nenhum dinheiro do réu João Batista para a prática do fato: que era o réu João Batista quem mais falava que ia pagar o depoente para a prática do homicídio contra Francisco Dias: que não sabe se João Batista tinha alguma desavença com a vítima Francisco: que a única desavença entre a vítima Francisco e o depoente foi uma ameaça de Francisco, dizendo que ia matar o depoente, porque o irmão de Francisco havia matado o pai do depoente; que não

sabe quem teria tentado matar "Maurinho da Copasa, pois na época o depoente morava no Pará; que o depoente conheceu "Kelezinho"; que o depoente nunca trabalhou com "Kelezinho". - grifei. (Antônio Celestino de Oliveira, f. 634/634-v).

Às perguntas da acusação, respondeu: morou em Sertãozinho-SP dos 16 até por volta dos 25 ou 26 anos, tendo lá cometido várias subtrações de motocicletas; lá foi preso e condenado apenas uma vez; veio para São José do Divino foragido, sendo que ficava mais na roça do que na cidade; sempre que a polícia o procurava para prendê-lo acontecia de Antônio Celestino, seu amigo, levá-lo em fuga para casa de parentes; na época do fato, trabalhava na Fazenda de Júlio de Veriz e às vezes dormia na casa de sua mãe ou de parentes, sendo que sua mãe mora na saída da cidade, perto do cemitério; ia à casa da sua mãe pelo mato, justamente para não ser visto pela polícia na cidade; no dia do fato houve uma cavalgada em São José Divino que teve algumas estradas de roça no seu trajeto; resolveu participar da cavalgada, mas apenas no trecho de roça; assim, participou, tendo Antônio também participado; retornou para a fazenda do Júlio por volta das 20h e pouco depois de soltar o animal, já por volta das 20h30, Antônio Celestino lhe telefonou; disse a ele que já estava na fazenda e ele disse que iria até lá para conversar; Antônio chegou a fazenda logo depois numa motocicleta, tipo XTZ ou Broz, cuja propriedade ignorava; ele o chamou para irem ao embarcador do Cloves, porém sem dizer a razão, inclusive pediu que o depoente fosse pilotando; assim, foram para lá com Antônio sem capacete e depoente com capacete; uma vez lá, deixaram a motocicleta atrás da casa de curral, onde Antônio mostrou-lhe um revólver 38 e uma espingarda dizendo-lhe que era para matar um tal de França, pessoa que o depoente não conhecia; falou a Antônio que não queria participar, tendo ele explicado que o tal França era irmão de José Dias, pessoa essa que havia matado o pai de Antônio; segundo Antônio, ele mataria França por vingança, mais precisamente afim de José Dias ir ao velório e, assim, ele poder matar José Dias, ou seja, França era "a isca"; Antônio disse que ajudaria o depoente matar o assassino do seu pai se o depoente o ajudasse na vingança dele; daí, topou participar;

segundo Antônio, o tal França passaria naquela estrada, uma vez que o embarcador fica a uns 10 metros dela, numa motocicleta vermelha; o celular de Antônio tocou algumas vezes, pelo que perguntou quem era e ele respondeu ser Lucimeire, inclusive ela disse que Lucimeire avisaria quando França deixasse a festa da cavalgada com destino àquela estrada, Lucimeire era namorada de Antônio, mas não sabe há quanto tempo; também não sabe se Lucimeire tinha conhecimento da intenção homicida; ficaram por ali até por volta das 10h, oportunidade em que passou uma motocicleta na estrada, tendo Antônio dito que era o tal França; daí, pegaram a motocicleta suas e foram atrás daquela outra, isso com depoente pilotando e Antônio na garupa; ambos estavam de capacete, visto que no embarcador havia um segundo capacete; tão logo se aproximou daquela motocicleta e ficou ao lado dela, Antônio disparou vários tiros de revólver contra aquele piloto, tendo a motocicleta batido violentamente numa cerca de arame; naquela motocicleta estavam um homem, uma mulher e duas crianças, sendo que as duas crianças nada sofreram com o impacto e a mulher morreu pois "bateu a cabeça na cerca"; foram até eles e o depoente viu que aquele homem era Gilberto, apelidado por Xuxu, a quem conhecia como sendo um homem trabalhador; foi então que Antônio se deu conta de que tinha atingido o alvo errado; Antônio queria terminar de matá-lo a fim de evitar um reconhecimento futuro, mas o depoente o convenceu a não fazer; voltavam para o embarcador e ocorreu de vir outra moto em sentido contrário, tendo Antônio logo avisado que aquela era a motocicleta de França; daí, retornaram e já próximos de onde estavam aquelas primeiras vítimas aconteceu de ficar ao lado dessa segunda motocicleta e Antônio fazer vários disparos de revólver; tinham deixado a espingarda lá no embarcador tendo Antônio levado apenas um revólver e várias outras munições no bolso; nessa segunda motocicleta estava um homem e uma mulher de uns 18 anos; a motocicleta caiu e a mulher entrou no mato; Antônio foi até o homem, o reconheceu como sendo França, deu-lhe mais tiros e também capacetadas; iluminaram o mato com o farol da motocicleta à procura da mulher; mas não encontraram; daí, retornaram para o embarcador do Cloves, onde Antônio telefonou para

alguém; logo depois lá chegou um automóvel dirigido por Maurinho da Copasa, aliás no carro estava apenas Maurinho; Antônio entrou no carro e foi embora de lá com Maurinho, tendo levado o revólver e deixado a espingarda no embarcador; algum tempo depois, foi de motocicleta para a fazenda do Júlio, tendo procurado ficar distante de Antônio no caminho porque "vai que a polícia está perto"; no trajeto para a fazenda do Júlio, passando na entrada da cidade, viu o carro do Maurinho estacionado em frente a casa de Lucimeire; foi para a fazenda do Júlio, onde no dia seguinte Antônio foi buscar a motocicleta e disse-lhe para "ficar de boa porque não tinha testemunha"; ainda no mesmo dia ou no dia seguinte, foi com Antônio para o Espírito Santo, lugar chamado Peixe Branco, onde trabalharam era atividades rurais; o depoente já estava em São José do Divino na condição de foragido, de modo que a ida para Peixe Branco não alterava sua situação, uma vez que lá aconteceu de Antônio dizer-lhe que, na verdade, matou França não para vingar a morte do pai dele, e sim porque Maurinho havia lhe pagado; segundo Antônio, alguém tinha tentado matar Maurinho e Maurinho suspeitava do tal França; ficou bravo com isso, uma vez que Antônio o tinha envolvido, mas Antônio dizia que não havia testemunha e, caso presos, deveriam negar a autoria; Antônio foi preso em Peixe Branco 30 dias depois e o depoente conseguiu escapar; algum tempo depois retornou para São José do Divino e lá acabou preso; foram processados e ambos negaram a autoria, mas foram julgados no mesmo dia e condenados; a polícia prendeu "um monte de gente como suspeito" exatamente "no dia que nós ia a júri"; já depois de condenados e cumprindo pena na Penitenciária da Paca, ocorreu de conversar com Antônio ao serem levados para prestarem depoimento no fórum de Itambacuri, oportunidade em que ele disse-lhe que estava "colocando Noninho" porque Noninho "tinha negado emprego para ele"; Antônio disse-lhe que estava 'colocando João de Virgílio" porque é pessoa rica e, assim, "ia extorquir João e Noninho"; Antônio disse-lhe que estava "colocando Meire porque ela tinha abandonado ele"; conhece Noninho e João de Virgílio apenas de vista, nunca conversou com eles; conhece Lucimeire um pouco mais, uma vez que ela às vezes acompanhava Antônio naquelas oportunidades em que

Antônio dava-lhe fuga; o depoente não foi contratado por Noninho, João nem Lucimeire para participar do crime; a XTZ ou Broz que usaram era de cor preta; trabalhava na fazenda de Júlio na condição de fugitivo, de modo que não tinha salário fixo, "qualquer coisa que lhe desse tava bom"; Antônio trabalhava fazendo cerca, curral, amansação de animal e aluguel do carro dele para festas; naquele tempo que ficaram no embarcador à espera do tal França, Antônio recebeu algumas ligações no celular tendo numa delas dito que Lucimeire avisaria quando França deixasse a festa da cavalgada; Antônio recebeu uma ligação pouco antes de surgir a primeira motocicleta e disse-lhe apenas "tá descendo", mas o depoente não sabe se essa ligação foi feita por Lucimeire ou outra pessoa; não sabe qual era o número do celular de Antônio, mas era da Oi. Às perguntas da defesa de Nônio, respondeu: Noninho é pessoa de boa condição financeira; Antônio disse-lhe que estava incriminando os dois para "extorquir" dinheiro deles, inclusive disse que "agora iam ficar bem, suas famílias iam ter dinheiro"; Maurinho também foi preso pela polícia como suspeito. Às perguntas da defesa de João, respondeu: nunca ouviu dizer de qualquer desavença entre a vítima e João, ou Noninho ou Lucimeire. - grifei. (Devair Dias dos Santos; f. 681/683).

Os acusados negaram a prática delitiva, também em juízo (f. 700/703 e f. 706/707).

Todos os demais ouvidos, perante o magistrado *a quo*, não trouxeram quaisquer informações que pudessem apontar os ora recorrentes como autores dos delitos, exceção feita à pessoa de V.C.A.L.F. que disse ter ouvido de Antônio Celestino que Lucimeire estava "envolvida nos crimes" (f. 568/569).

Todavia, tal como visto a partir dos depoimentos transcritos supra, o próprio Antônio Celestino não dá detalhes do ocorrido e Devair, por sua vez, não soube declinar se a ligação recebida por Antônio, momentos antes do início da execução dos delitos, teria sido feita pela segunda recorrente.

Registro, inicialmente, que a fase da pronúncia é tema dos mais intrincados em matéria processual penal, e, confesso, há muito queria debruçar-me sobre ele para um exame diferente daquele que é realizado pela maioria esmagadora dos magistrados, sejam os de primeiro grau, sejam os de

segunda instância.

A questão, fundamentalmente, é a seguinte: qual o limite e a extensão do princípio *in dubio pro societate* na etapa inicial do procedimento relativo aos crimes dolosos contra a vida?

Parte da doutrina, assim como a esmagadora maioria dos juízes, com fundamento no princípio do *in dubio pro societate*, respondem à pergunta entendendo que não é possível ao juiz sumariante absolver sumariamente o acusado, em qualquer das hipóteses previstas no art. 415 do Código de Processo Penal, a não ser que haja prova cabal, inconcussa, inquestionável, acerca da inexistência tática das mesmas.

Permito-me discordar deste pensamento, malgrado saiba ser majoritário entre os magistrados.

[...]

Como se percebe pela magnífica lição de Aury, o emprego do princípio do *in dubio pro societate* de forma indiscriminada, em que juízes utilizam o referido princípio para, havendo qualquer dúvida, pronunciarem os acusados da forma como pleiteada pela acusação, parece-me uma praxe equivocada, valendo dizer que, assim como o mencionado doutrinador, Paulo Rangel e Gustavo Badaró, também pensam que, no caso de dúvida razoável sobre a inexistência do fato, ou autoria ou sobre a presença de uma excludente de ilicitude, deve o magistrado impronunciar o réu ou absolvê-lo sumariamente, pois cabe ao órgão acusador, para fazer face ao princípio da presunção de não-culpabilidade, fazer prova robusta acerca da acusação que leva a efeito.

Diante de todo o exposto até aqui, aponto que o acervo probatório gera fundadas dúvidas que impedem a remessa do caso ao crivo do Tribunal do Júri.

Ademais, certo é que os elementos produzidos no inquérito policial, procedimento administrativo de característica inquisitória, sem observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, não podem ser fundamentos da imposição da sentença de pronúncia.

A função do inquérito policial é apenas a de dar segurança ao Estado para que inicie uma ação penal com justa causa, sem cometer o arbítrio de submeter um inocente ao sempre constrangedor processo criminal.

Assim, considerar como suficiente os elementos contidos no inquérito policial seria o mesmo que liberar o Ministério Público de seu ônus probatório, permitindo-o que apenas acompanhe a instrução produzida exclusivamente pela defesa.

Seria o mesmo que homologar judicialmente um procedimento criado apenas para ser preparatório a uma ação penal. Significa dizer: o provisório - inquérito policial - sobrepõe-se ao definitivo - instrução processual.

O Professor Guilherme de Souza Nucci, em excelente obra monográfica sobre o tema da confissão, disserta com precisão acerca daquela constante do inquérito policial. A lição é pertinente para o caso em tela, onde está sendo afirmada a ausência de valor probatório da confissão e delação extrajudicial:

[...]

Tudo isso é acolhido expressamente agora em texto legal. A Lei 11.690/2008 promoveu alteração no Código de Processo Penal estabelecendo a seguinte redação para o art. 155: "o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas".

Mediante o crivo do contraditório, nenhuma prova concreta acerca do envolvimento dos réus nos crimes em comento foi produzida, não podendo prevalecer a sentença primeva.

Assim, no meu entender, o Ministério Público não desempenhou o seu mister no que concerne à apresentação de provas capazes de incriminar os recorrentes, preponderando, meras suspeitas pelo método dedutivo, de que os réus estariam envolvidos no crime em tela.

[...]

As circunstâncias do presente caso, contudo, deixam dúvidas sobre a veracidade dos fatos, não havendo indícios mínimos para uma pronúncia.

Os executores do delito ao prestarem depoimentos em juízo - f.634-634v e 681-683 -, afastam qualquer participação dos recorrentes na prática delitiva, salientando que a acusada sabia dos fatos, mas, não os auxiliou, não incentivando, inclusive, a prática do delito.

Há única menção, ademais, sobre o acusado é no sentido de que este ficaria satisfeito com a morte da vítima Francisco Dias, porém, o executor Antônio Celestino de Oliveira é categórico em afirmar que não recebeu nada do ora recorrente.

O executor Devair Dias dos Santos salientou ainda que Antônio queria envolver o recorrente e outras pessoas na

prática delitiva por serem elas pessoas de posse, podendo, assim, extorqui-los, evidenciando que qualquer menção ao nome dos recorrentes tinha um próprio financeiro, não trazendo a realidade dos fatos.

Os elementos probatórios colhidos, portanto, se apresentam demasiadamente insuficientes para manter a pronúncia conforme ressaltado no voto condutor.

A prova até então produzida será portanto a única para o exame da pronúncia eis que nada de novo será alegado em plenário.

E, em sede de embargos declaratórios, acrescentou (fls. 1703-1704):

Como se viu, especialmente dos trechos grifados, as provas colhidas não se mostraram suficientes para possibilitar a pronúncia verificada, em primeiro grau.

De mais a mais, os executores do delito não implicam o embargado João Batista como mandante do delito, sendo que as declarações de Antônio Celestino, apesar de apontar que o embargado era "quem mais falava que ia pagar o depoente para a prática do homicídio contra Francisco Dias", em momento algum dá a certeza sobre a ordem para matar o ofendido.

Como transcrito acima, a pessoa de Devair não traz qualquer elemento confirmador de que teria sido Lucimeire a ligar para Antônio Celestino para informá-lo sobre a passagem da vítima pelo local do crime.

As demais testemunhas, reitero, não trouxeram qualquer indicativo sólido da prática delitiva, mas, tão somente, informações descontextualizadas e parciais do conhecido "ouvir dizer".

Nesse contexto, a decisão agravada deve ser mantida, pois rever o entendimento consignado na instância ordinária demandaria imprescindível revolvimento do acervo fático-probatório e não mera reavaliação das provas delineadas no acórdão, procedimento vedado em recurso especial, a teor da **Súmula n. 7 do STJ**.

À vista do exposto, conheço do agravo para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II,

Superior Tribunal de Justiça

"a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intemem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

